

SUMÁRIO

1

ABUSO DE AUTORIDADE (LEI 13.869/2019) 23

1. DISPOSIÇÕES GERAIS	23
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	23
3. ELEMENTO SUBJETIVO ESPECÍFICO	23
4. VEDAÇÃO AOS CRIMES DE HERMENÊUTICA	24
5. SUJEITO ATIVO	24
6. SUJEITO PASSIVO	25
7. AÇÃO PENAL	26
8. EFEITOS EXTRAPENAIIS DA CONDENAÇÃO	26
8.1. Efeito extrapenal genérico	27
8.2. Efeitos extrapenais específicos	27
9. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	28
10. CONFRONTO COM O CÓDIGO PENAL	29
11. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE SANÇÕES DE NATUREZA PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA	29
12. INDEPENDÊNCIA RELATIVA DE INSTÂNCIAS	29
13. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE	30
13.1. Artigo 9º	30
13.2. Artigo 10	32
13.3. Artigo 12	33
13.4. Artigo 13	36
13.5. Artigo 15	38
13.6. Artigo 15-A (Violência Institucional) ..	40
13.7. Artigo 16	42
13.8. Artigo 18	43
13.9. Artigo 19	43
13.10. Artigo 20	44
13.11. Artigo 21	45
13.12. Artigo 22	47
13.13. Artigo 23	51
13.14. Artigo 24	52
13.15. Artigo 25	53
13.16. Artigo 27	54
13.17. Artigo 28	55
13.18. Artigo 29	56
13.19. Artigo 30	57
13.20. Artigo 31	57
13.21. Artigo 32	58
13.22. Artigo 33	59
13.23. Artigo 36	60
13.24. Artigo 37	61
13.25. Artigo 38	62
14. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	63
15. DISPOSIÇÕES FINAIS	64
16. TABELAS-RESUMO: LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (LEI 13.869/2019)	64

2

DISCRIMINAÇÃO RACIAL (LEI 7.716/1989)..... 81

1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	81
2. PANORAMA NORMATIVO.....	81
3. RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL (ADPF 973).....	82
4. PUNIÇÃO A OUTRAS ESPÉCIES DE DISCRIMINAÇÃO	85
5. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI 7.716/1989	86
6. INTERPRETAÇÃO DA LEI 7.716/1989	89
7. A QUESTÃO DO “RACISMO REVERSO”	89
8. BEM JURÍDICO TUTELADO	90
9. TIPO MISTO ALTERNATIVO, CRIME DE AÇÃO MÚLTIPLA OU DE CONTEÚDO VARIADO.....	90
10. SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	90
11. ELEMENTO SUBJETIVO	90
11.1. Racismo recreativo.....	91
12. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	93
13. CAUSA DE AUMENTO DE PENA.....	93
14. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	93
15. AÇÃO PENAL	93
16. COMPETÊNCIA	93
17. INAPLICABILIDADE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	93
18. NECESSIDADE DE ADVOGADO OU DEFENSOR PÚBLICO PARA A VÍTIMA DE RACISMO EM TODOS OS ATOS PROCESSUAIS.....	94
19. CRIMES DA LEI 7.716/1989.....	94
19.1. Artigo 2º-A.....	94
19.2. Causa de aumento de pena.....	98
19.3. Artigos 3º a 14	98
19.4. Artigo 20.....	103
19.5. Causa de aumento de pena.....	105
19.6. Distinção entre crimes de discriminação (Lei 7.716/1989), genocídio (Lei 2.889/1956) e terrorismo (Lei 13.260/2016).....	105

20. TABELAS-RESUMO: LEI DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (LEI 7.716/1989)	106
---	-----

3

DROGAS (LEI 11.343/2006)..... 111

1. ESTRUTURA DA LEI DE DROGAS.....	111
2. DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS	113
3. DISPOSIÇÕES PENAIS	118
3.1. Lei penal em branco.....	118
3.2. Ressalvas à proibição de drogas.....	119
3.3. O caso envolvendo cloreto de etila (“lança-perfume”).....	119
3.4. Hediondez.....	120
4. CONDUTAS RELACIONADAS AO CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (ART. 28)	121
4.1. Modalidade fundamental do delito (art. 28, <i>caput</i>).....	121
4.2. Figura equiparada (art. 28, § 1º)	125
4.3. Diferenciação entre usuário e traficante (art. 28, § 2º).....	127
4.4. Aplicação isolada ou cumulativa das penas	128
4.5. Penas e medidas coercitivas (ou medidas de garantia).....	128
4.6. Tratamento de saúde.....	130
4.7. Critérios para fixação da multa.....	130
4.8. Prescrição.....	131
5. REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.....	131
6. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33).....	134
6.1. Tráfico de drogas em sentido estrito (art. 33, <i>caput</i>)	134
6.2. Tráfico de drogas por equiparação ou por assimilação (art. 33, § 1º)	136
6.2.1. Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas (inciso I)	136
6.2.2. Cultivo de plantas destinadas à preparação de drogas (inciso II).....	137

6.2.3. Utilização de local ou bem, ou consentimento para que outrem dele se utilize, para o tráfico de drogas (inciso III).....	138	13.5. Tráfico entre Estados ou entre estes e o Distrito Federal (inciso V).....	163
6.2.4. Venda ou entrega de drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, a agente policial disfarçado (inciso IV)	139	13.6. Envolvimento de criança, adolescente ou pessoa que tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação (inciso VI)	164
6.3. Induzimento, instigação ou auxílio ao uso indevido de drogas (art. 33, § 2º)	140	13.7. Financiamento ou custeio da prática do crime (inciso VII)	165
6.4. Oferecimento de droga, eventual e sem objetivo de lucro, para consumo compartilhado (art. 33, § 3º).....	142	14. CAUSA DE AUMENTO DE PENA APLICÁVEL AOS ARTIGOS 33 A 37 E CÚMULO MATERIAL DE PENAS (ART. 40-A)	165
6.5. Tráfico “privilegiado” (causa de diminuição de pena) (art. 33, § 4º)	143	15. COLABORAÇÃO PREMIADA (ART. 41)	165
7. MAQUINÁRIO DESTINADO À PRODUÇÃO DE DROGAS (ART. 34).....	147	16. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREPONDERANTES (1ª FASE DA DOSIMETRIA)	167
8. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35).....	149	17. FIXAÇÃO DA PENA DE MULTA.....	169
9. FINANCIAMENTO AO TRÁFICO DE DROGAS (ART. 36).....	153	18. INSUSCETIBILIDADE DE FIANÇA, INDULTO, GRAÇA, ANISTIA E <i>SURSIS</i> , E REGRAS DIFERENCIADAS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, EM RELAÇÃO AOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33, <i>CAPUT</i> , § 1º, E 34 A 37	170
10. COLABORAÇÃO, COMO INFORMANTE, AO TRÁFICO DE DROGAS (ART. 37)	154	19. INIMPUTABILIDADE E SEMI-IMPUTABILIDADE DECORRENTES DE DEPENDÊNCIA OU EFEITO, PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, DE DROGA.....	172
11. PRESCRIÇÃO OU MINISTRAÇÃO CULPOSA DE DROGAS (ART. 38)	155	20. DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS.....	174
12. CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÃO OU AERONAVE APÓS CONSUMO DE DROGAS, EXPONDO A DANO POTENCIAL A INCOLUMIDADE DE OUTREM (ART. 39)	156	20.1. Procedimento penal	174
13. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA APLICÁVEIS AOS ARTIGOS 33 A 37 (ART. 40)	157	21. INVESTIGAÇÃO	177
13.1. Transnacionalidade (inciso I)	158	21.1. Prisão em flagrante.....	177
13.2. Abuso de função pública ou missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância (inciso II)	160	21.2. Laudo de constatação	177
13.3. Crime cometido nas dependências ou imediações de determinados locais (inciso III)	160	21.3. Destruição das drogas	179
13.4. Crime praticado mediante violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou processo de intimidação difusa ou coletiva (inciso IV)	161	21.4. Prazo para conclusão do inquérito policial	180
		21.5. Relatório do inquérito policial	181
		21.6. Agente infiltrado e ação controlada... ..	181
		22. INSTRUÇÃO CRIMINAL	181
		22.1. Providências a serem adotadas pelo Ministério Público.....	181
		22.2. Defesa preliminar	182
		22.3. Recebimento da denúncia e designação de audiência de instrução	184

22.4. Afastamento cautelar do funcionário público.....	184	1. CONVENÇÃO INTERNACIONAL	227
22.5. Prazo para realização da audiência..	185	2. ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003).....	227
22.6. Audiência de instrução	185	3. ESTRUTURA DA LEI 10.826/2003	227
22.7. Desnecessidade de prisão para apelar	186	4. CONCEITO DE ARMA DE FOGO, ACESSÓRIOS E MUNIÇÃO.....	228
22.8. Fluxograma: rito da Lei de Drogas ...	187	5. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE REGISTRO E PORTE DE ARMAS DE FOGO	228
23. APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO	188	6. SISTEMA NACIONAL DE ARMAS (SINARM)	229
23.1. Medidas assecuratórias sobre o produto ou proveito do crime	188	7. AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO	230
23.2. Apreensão, alienação e utilização de instrumento, produto ou proveito do crime.....	189	8. REGISTRO DE ARMA DE FOGO.....	231
23.2.1. Apreensão de veículos, maquinários e outros bens .	189	9. PORTE DE ARMA DE FOGO.....	233
23.2.2. Alienação antecipada.....	189	10. BEM JURÍDICO TUTELADO	237
23.2.3. Utilização de bens apreendidos.....	190	11. CRIMES DE PERIGO ABSTRATO	237
23.2.4. Destinação do produto da alienação e dos numerários apreendidos.....	191	12. HEDIONDEZ.....	238
23.3. Perdimento e liberação de bens e levantamento de valores	192	13. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	238
23.3.1. Perdimento de bens	192	14. CRIMES DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	239
23.3.2. Necessidade de comparecimento pessoal do acusado para restituição de bens ..	194	14.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12)	239
23.3.3. Levantamento de bens	194	15. QUADRO COMPARATIVO: ARTS. 12, 14 E 16 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	244
23.3.4. SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos) ..	194	16. OMISSÃO DE CAUTELA (ART. 13)	245
23.3.5. Confisco alargado ou ampliado	195	17. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14)	247
24. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	196	18. DISPARO DE ARMA DE FOGO (ART. 15)	249
25. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DA LEI 11.343/2006.....	197	19. POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (ART. 16).....	250
26. JURISPRUDÊNCIA EM TESES: LEI DE DROGAS.....	199	19.1. Alterações promovidas pela Lei 13.964/2019: hediondez do art. 16, § 2º	250
27. TABELAS-RESUMO: LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006).....	203	19.2. Modalidade fundamental do delito (caput).....	251
		19.3. Figuras equiparadas (§ 1º)	252
		19.4. Figura qualificada (§ 2º)	256

4

ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003)..... 227

20. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 17).....	257	7. BEM JURÍDICO PROTEGIDO.....	286
21. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO (ART. 18).....	259	8. (IM)PRESCRITIBILIDADE DO CRIME DE GENOCÍDIO	286
22. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ARTS. 19 E 20).....	260	9. AÇÃO PENAL	287
23. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 21.....	261	10. COMPETÊNCIA	287
24. CAUSA DE AUMENTO DE PENA (ART. 21-A)	261	11. CRIME DE GENOCÍDIO (ART. 1º).....	287
25. DISPOSIÇÕES GERAIS	262	12. ASSOCIAÇÃO PARA O GENOCÍDIO (ART. 2º).....	289
26. DESTINAÇÃO DAS ARMAS DE FOGO, ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES APREENDIDOS	263	13. QUADRO COMPARATIVO – MODALIDADES DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.....	291
27. APLICAÇÃO DA LEI 10.826/2003 NO TEMPO.....	263	14. INCITAÇÃO AO GENOCÍDIO (ART. 3º)	294
28. ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ARMA DE FOGO.....	265	15. CAUSA DE AUMENTO DE PENA (ART. 4º).....	294
29. BANCO NACIONAL DE PERFIS BALÍSTICOS.....	266	16. PUNIÇÃO DA TENTATIVA (ART. 5º).....	294
30. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	266	17. GENOCÍDIO NÃO É CRIME POLÍTICO (ART. 6º).....	294
31. REFERENDO SOBRE ARMAS DE FOGO ...	266	18. DISTINÇÃO ENTRE CRIMES DE DISCRIMINAÇÃO (LEI 7.716/1989), GENOCÍDIO (LEI 2.889/1956) E TERRORISMO (LEI 13.260/2016).....	295
32. REVOGAÇÃO DA ANTIGA LEI DE ARMAS	267	19. TABELAS-RESUMO: LEI DE GENOCÍDIO (LEI 2.889/1956).....	295
33. VIGÊNCIA.....	267		
34. COMERCIALIZAÇÃO, AQUISIÇÃO E POSSE DE AEROSSOL DE EXTRATOS VEGETAIS (“SPRAY DE PIMENTA”).....	267		
35. JURISPRUDÊNCIA EM TESES: ESTATUTO DO DESARMAMENTO	267		
36. TABELAS-RESUMO: ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003).....	268		
		6	
		HEDIONDOS (LEI 8.072/1990).....	299
5		1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	299
GENOCÍDIO (LEI 2.889/1956).....	285	2. DISTINÇÃO ENTRE CRIMES HEDIONDOS E CRIMES EQUIPARADOS A HEDIONDOS	299
1. ORIGEM DA EXPRESSÃO “GENOCÍDIO”	285	3. SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES HEDIONDOS	300
2. TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	285	4. ROL DE CRIMES HEDIONDOS.....	300
3. IMPEDIMENTO DE INGRESSO NO PAÍS ...	285	5. ROL DE CRIMES EQUIPARADOS A HEDIONDOS	312
4. INADMISSIBILIDADE DE ASILO POLÍTICO	285	5.1. Tortura	312
5. CRIME HEDIONDO.....	285	5.2. Tráfico de drogas.....	312
6. EXTRATERRITORIALIDADE INCONDICIONADA	286	5.3. Terrorismo	314
		6. CONSEQUÊNCIAS DA HEDIONDEZ.....	314
		6.1. Insuscetibilidade de anistia, graça e indulto	314

6.2.	Inafiançabilidade.....	315	7		
6.3.	Prazo diferenciado de duração máxima da prisão temporária	315		LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/1998).....	335
6.4.	Lapsos diferenciados de cumprimento de pena para progressão de regime.....	317	1.	CONCEITO E ORIGEM DA EXPRESSÃO.....	335
6.4.1.	Antes da Lei 13.964/2019.....	317	2.	A LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/1998)	335
6.4.2.	Após a Lei 13.964/2019	317	3.	GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (GAFI).....	336
6.5.	Livramento condicional	319	4.	LAVAGEM DE DINHEIRO E INFRAÇÃO PENAL ANTECEDENTE	336
6.5.1.	Lapsos diferenciados de cumprimento de pena.....	319	5.	GERAÇÕES DE LEIS DE LAVAGEM DE DINHEIRO	337
6.5.2.	Vedações ao livramento condicional.....	319	6.	LAVAGEM DA LAVAGEM (LAVAGEM EM CADEIA)	337
6.6.	Vedação às saídas temporárias e ao trabalho externo sem vigilância direta.....	321	7.	AUTOLAVAGEM (“SELF LAUNDERING”).....	338
6.7.	Prioridade na tramitação dos processos que apurem a prática de crime hediondo	321	8.	FASES DA LAVAGEM DE DINHEIRO.....	338
6.8.	Quadro-resumo: consequências da hediondez	322	9.	BEM JURÍDICO TUTELADO	339
7.	NOTA QUANTO À FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO NOS CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS...	323	10.	ACESSORIEDADE DA LAVAGEM DE DINHEIRO	339
8.	OUTRAS OBSERVAÇÕES ACERCA DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS	323	11.	CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES (ART. 1º)...	342
8.1.	Presídios federais de segurança máxima	323	11.1.	Figura simples (<i>caput</i>).....	342
8.2.	Desnecessidade de recolhimento à prisão para apelar.....	323	11.2.	Figura típica	342
8.3.	Modificação das penas de determinados crimes do CP.....	324	11.3.	Sujeito ativo	343
8.4.	Colaboração premiada no crime de extorsão mediante sequestro.....	324	11.3.1.	“Gatekeepers” ou “torres de vigia”	343
8.5.	Associação criminosa para a prática de crimes hediondos ou equiparados	325	11.4.	Sujeito passivo.....	345
8.6.	Inaplicabilidade da causa de aumento de pena (art. 9º da Lei 8.072/1990)	325	11.5.	Elemento subjetivo	345
8.7.	Revogação tácita da previsão de contagem em dobro dos prazos procedimentais da antiga Lei de Drogas	325	11.5.1.	Teoria da cegueira deliberada (instruções do avestruz)	345
9.	TABELAS-RESUMO: LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/1990)	326	11.6.	Consumação e tentativa.....	346
			11.7.	Extinção da punibilidade pela adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT)	347
			12.	FIGURAS EQUIPARADAS (§§ 1º E 2º).....	347
			13.	TENTATIVA (§ 3º)	349
			14.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA (§ 4º)	349
			15.	COLABORAÇÃO PREMIADA (§ 5º).....	350

16. AÇÃO CONTROLADA E INFILTRAÇÃO DE AGENTES.....	351	31. TABELAS-RESUMO: LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/1998)	368
17. DISTINÇÃO DE INFRAÇÕES.....	352		
18. DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS.....	352	8	
18.1. Procedimento.....	352	MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – LEI ANTIFACÇÃO (LEI 15.358/2026)	379
18.2. Autonomia relativa do processo e julgamento do crime de lavagem de capitais	353	1. INTRODUÇÃO.....	379
18.3. Justa causa duplicada	354	2. ESTRUTURA DA LEI.....	379
18.4. Competência	355	3. CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ULTRAVIOLENTA, GRUPO PARAMILITAR E MILÍCIA PRIVADA.....	380
18.5. Inaplicabilidade do art. 366 do CPP.....	356	3.1. Organização criminosa ultravioleta (facção criminosa).....	380
19. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	356	3.2. Conceito de grupo paramilitar e de milícia privada.....	381
19.1. Regras gerais.....	356	4. ASPECTOS PENAIIS (CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ULTRAVIOLENTA, GRUPO PARAMILITAR OU MILÍCIA PRIVADA.....	382
19.2. Alienação antecipada	358	4.1. Domínio social estruturado.....	382
19.3. Ação controlada.....	359	4.1.1. Causas de aumento de pena.....	389
19.4. Nomeação de administrador	359	4.1.2. Insuscetibilidade de anistia, graça, indulto, fiança e livramento condicional	391
20. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	360	4.1.3. Punição de atos preparatórios	392
21. COLABORAÇÃO INTERNACIONAL.....	361	4.1.4. Vedação ao auxílio-reclusão.....	392
22. DEVERES ADMINISTRATIVOS	361	4.1.5. Prisão de lideranças em estabelecimentos penais federais.....	393
22.1. Pessoas sujeitas aos mecanismos de controle.....	361	4.1.6. Competência de Varas Criminais Colegiadas.....	393
22.2. Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros.....	362	4.1.7. Prisão preventiva	394
22.3. Comunicação de Operações Financeiras.....	363	4.2. Favorecimento ao domínio social estruturado.....	394
22.4. Responsabilidade administrativa	364	4.3. Hediondez.....	397
23. CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE.....	364	4.4. Aplicação subsidiária da Lei 12.850/2013	398
24. CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF.....	364	4.5. Quadro comparativo – Modalidades de associação criminosa.....	399
25. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	365	5. NORMAS PROCESSUAIS E OPERACIONAIS.....	401
26. ACESSO AOS DADOS CADASTRAIS DO INVESTIGADO	365		
27. FORMA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS	365		
28. AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO.....	365		
29. PRESERVAÇÃO DOS DADOS FISCAIS DOS CONTRIBUINTEIS PELA RECEITA FEDERAL	366		
30. JURISPRUDÊNCIA EM TESES: LAVAGEM DE DINHEIRO.....	366		

5.1.	Prazos para conclusão do inquérito policial.....	401	8.2.	Independência de instâncias	417
5.2.	Representações e requerimentos no curso das investigações.....	401	8.3.	Aplicação subsidiária da Lei 12.850/2013	417
5.3.	Forças-tarefa integradas.....	402	8.4.	Modificações no Código Penal.....	418
5.4.	Cooperação internacional.....	403	8.4.1.	Confisco.....	418
5.5.	Aplicação subsidiária da Lei 12.850/2013 e da Lei 9.613/1998.....	403	8.4.2.	Efeito extrapenal da condenação na hipótese de receptação	418
6.	MEDIDAS ASSECURATÓRIAS CAUTELARES.....	404	8.4.3.	Qualificadora do homicídio...	419
6.1.	Disposições gerais.....	404	8.4.4.	Qualificadora da lesão corporal seguida de morte e causa de aumento de pena das demais hipóteses de lesão corporal	420
6.2.	Contraditório diferido	406	8.4.5.	Modalidade especial de ameaça	421
6.3.	Independência de instâncias	406	8.4.6.	Qualificadora do crime de sequestro e cárcere privado ..	422
6.4.	Necessidade de fundamentação.....	406	8.4.7.	Qualificadora do furto.....	422
6.5.	Custódia dos bens apreendidos.....	407	8.4.8.	Causa de aumento e qualificadora do roubo	422
6.6.	Nomeação de depositário.....	407	8.4.9.	Causa de aumento de pena da extorsão.....	423
6.7.	Impugnação da medida assecuratória.....	407	8.4.10.	Causa de aumento de pena da extorsão mediante sequestro.....	424
6.8.	Liberação do bem, direito ou valor ..	408	8.4.11.	Revogação do perdão judicial e do privilégio e criação de majorante no crime de receptação	424
6.9.	Perdimento extraordinário.....	408	8.5.	Modificação na Lei dos Crimes Hediondos.....	424
6.10.	Ressalva aos direitos do lesado e do terceiro de boa-fé	409	8.6.	Modificações na Lei de Execução Penal	425
6.11.	Uso provisório e alienação antecipada	409	8.6.1.	Possibilidade de monitoramento dos encontros entre presos e visitantes	425
6.12.	Conceito de instrumento do crime...	409	8.6.2.	Gravação da visita ao preso em RDD	426
6.13.	Devolução dos bens.....	409	8.6.3.	Transferências de presos.....	427
6.14.	Sigilo das decisões e ordens de bloqueio.....	410	8.6.4.	Lapsos mais gravosos para progressão de regime ..	428
6.15.	Responsabilidade civil, administrativa e penal em caso de descumprimento das medidas.....	410	8.6.5.	Modificações na Lei de Drogas	428
6.16.	Fiscalização pelo CNJ e CNMP.....	410	8.6.5.1.	Causa de aumento de pena.....	428
6.17.	Afastamento de sócios e intervenção judicial na administração da pessoa jurídica	410	8.6.5.2.	Cúmulo material de penas.....	429
7.	MEDIDAS DEFINITIVAS	411			
7.1.	Ação civil de perdimento de bens.....	413			
7.2.	Banco Nacional e dos Bancos Estaduais de Dados de Organizações Criminosas Ultraviolentas, Grupos Paramilitares ou Milícias Privadas	416			
8.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	417			
8.1.	Vedação ao auxílio-reclusão	417			

8.6. Modificação no Estatuto do Desarmamento	430	1.9. Princípio da insignificância.....	468
8.7. Modificações no Código de Processo Penal	430	1.10. Pagamento do tributo e extinção da punibilidade	469
8.7.1. Audiência de custódia por videoconferência	430	1.11. Extinção da punibilidade pela adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT)	471
8.7.2. Competência para julgamento de homicídios praticados por membro de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada	432	1.12. Competência	472
8.7.3. Ampliação das hipóteses de admissibilidade de prisão preventiva	432	1.13. Crimes em espécie.....	472
8.7.4. Tutela recursal de urgência.....	433	1.13.1. Artigo 1º.....	472
8.8. Modificação na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	433	1.13.1.1. Inciso I.....	473
8.9. Código Eleitoral.....	434	1.13.1.2. Inciso II.....	474
8.10. Modificações em outras leis.....	435	1.13.1.3. Inciso III.....	474
9. VIGÊNCIA.....	437	1.13.1.4. Inciso IV	474
10. TABELAS-RESUMO: MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – LEI ANTIFACÇÃO (LEI 15.358/2026)	438	1.13.1.5. Inciso V	475
		1.13.1.6. Parágrafo único	475
		1.13.1.7. Sujeito ativo	476
		1.13.1.8. Sujeito passivo	476
		1.13.1.9. Elemento subjetivo.....	476
		1.13.1.10. Consumação e tentativa.....	476
		1.13.1.11. Existência de ação anulatória discutindo a exigibilidade do crédito tributário.....	478
		1.13.1.12. Pluralidade de condutas	478
		1.13.1.13. Absorção do crime de falso ou de estelionato.....	478
		1.13.1.14. Distinção de infrações.....	479
		1.13.2. Artigo 2º.....	479
		1.13.2.1. Inciso I.....	479
		1.13.2.2. Inciso II.....	480
		1.13.2.3. Inciso III.....	483
		1.13.2.4. Inciso IV	483
		1.13.2.5. Inciso V	484
		1.13.3. Artigo 3º	485
		1.13.3.1. Inciso I.....	485
		1.13.3.2. Inciso II.....	486
		1.13.3.3. Inciso III.....	488
		2. CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA	489
		2.1. Noções gerais	489
		2.2. Acordo de leniência	489
		2.3. Competência	490
		2.4. Crime contra a ordem econômica em espécie (art. 4º).....	490
9			
ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO (LEI 8.137/1990)	465		
1. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA..	465		
1.1. Direito penal tributário e direito tributário penal	465		
1.2. Prisão por crime tributário x prisão por dívida.....	465		
1.3. Evasão fiscal (sonegação fiscal) e elisão fiscal	466		
1.4. Bem jurídico tutelado	466		
1.5. Inexigibilidade de conduta diversa...	466		
1.6. Inviolabilidade do domicílio.....	466		
1.7. Compartilhamento de dados bancários obtidos pela receita federal com a polícia e com o Ministério Público.....	467		
1.8. Início da ação penal por crime contra a ordem tributária.....	467		

2.4.1. Inciso I.....	490	E RELAÇÕES DE CONSUMO (LEI	
2.4.2. Inciso II	491	8.137/1990)	507
3. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	492	10	
3.1. Noções gerais.....	492	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI	
3.2. Competência	492	12.850/2013)	525
3.3. Sujeito ativo	492	1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA	525
3.4. Sujeito passivo.....	492	2. ESTRUTURA DA LEI 12.850/2013	526
3.5. Elemento subjetivo	493	3. REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	527
3.6. Condutas típicas	493	4. CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA E CRIME ORGANIZADO POR EXTENSÃO	528
3.6.1. Inciso I.....	493	5. APLICABILIDADE DA LEI 12.850/2013	528
3.6.2. Inciso II	494	6. CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º).....	529
3.6.3. Inciso III	495	6.1. Hediondez.....	529
3.6.4. Inciso IV	496	6.2. Modalidade fundamental do delito (<i>caput</i>).....	529
3.6.5. Inciso V.....	496	6.3. Figura equiparada (§ 1º)	530
3.6.6. Inciso VI.....	497	6.4. Causa de aumento de pena (§ 2º) ...	532
3.6.7. Inciso VII.....	498	6.5. Circunstância agravante (§ 3º)	533
3.6.8. Inciso VIII.....	499	6.6. Outras causas de aumento de pena (§ 4º)	533
3.6.9. Inciso IX.....	499	6.7. Afastamento cautelar do cargo, emprego ou função pública (§ 5º) ...	534
3.7. Crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor.....	500	6.8. Efeito da condenação (§ 6º)	535
3.8. Multas.....	500	6.9. Investigação de policiais envolvidos com organizações criminosas (§ 7º)	536
3.9. Disposições gerais.....	501	6.10. Lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição e início de pena em estabelecimento penal de segurança máxima (§ 8º)	536
3.9.1. Princípio da culpabilidade e vedação à responsabilidade penal objetiva	501	6.11. Manutenção do vínculo associativo e vedação a benefícios penais (§ 9º)	536
3.9.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica restrita a crimes ambientais.....	502	6.12. Quadro comparativo – Modalidades de associação criminosa.....	537
3.9.3. Crimes societários	502	7. DA INVESTIGAÇÃO E DOS MEIOS DE PROVA	539
3.9.4. Causas de aumento de pena.....	502	8. COLABORAÇÃO PREMIADA	540
3.9.5. Ação penal.....	504	8.1. Jurisprudência em teses: colaboração premiada	566
3.9.6. Provocação de iniciativa do Ministério Público	504		
3.9.7. Colaboração premiada.....	504		
3.9.8. Outros dispositivos da Lei 8.137/1990.....	504		
4. JURISPRUDÊNCIA EM TESES: CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO	505		
5. TABELAS-RESUMO: CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA			

8.2. Organograma: acordo de colaboração premiada	569	6. CRIMES DA LEI DE TERRORISMO.....	613
8.3. Quadro comparativo: principais hipóteses de colaboração premiada na legislação penal.....	571	6.1. Terrorismo propriamente dito (art. 2º).....	613
9. AÇÃO CONTROLADA	572	6.2. Organização terrorista (art. 3º).....	615
10. INFILTRAÇÃO DE AGENTES.....	575	6.3. Quadro comparativo – Modalidades de associação criminosa.....	616
11. ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES	581	6.4. Atos preparatórios de terrorismo (art. 5º).....	618
12. CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DA PROVA	582	6.5. Financiamento ao terrorismo (art. 6º).....	619
12.1. Artigo 18.....	582	6.6. Causas de aumento de pena (art. 7º)...	619
12.2. Artigo 19.....	582	6.7. Desistência voluntária e arrependimento eficaz (art. 10).....	620
12.3. Artigo 20.....	585	7. COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO INVESTIGATÓRIA (ART. 11).....	620
12.4. Artigo 21.....	585	8. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ART. 12) E ADMINISTRAÇÃO DE BENS (ARTS. 13 E 14).....	621
12.5. Artigo 21-A (Obstrução de ações contra o crime organizado).....	586	9. COLABORAÇÃO INTERNACIONAL (ART. 15).....	621
12.6. Artigo 21-B (Conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado).....	588	10. APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA PARA A INVESTIGAÇÃO, PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DA LEI DE TERRORISMO (ART. 16).....	622
13. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	589	11. ADMISSIBILIDADE DE PRISÃO TEMPORÁRIA NOS CRIMES DA LEI DE TERRORISMO (ART. 18).....	623
14. TABELAS-RESUMO: LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI 12.850/2013)	590	12. IMPEDIMENTO DE INGRESSO NO PAÍS ...	623
15. JUÍZOS COLEGIADOS PARA JULGAMENTO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI 12.694/2012)	602	13. DISTINÇÃO ENTRE CRIMES DE DISCRIMINAÇÃO (LEI 7.716/1989), GENOCÍDIO (LEI 2.889/1956) E TERRORISMO (LEI 13.260/2016).....	623
15.1. Tabelas-resumo: Juízos Colegiados para julgamento de crimes praticados por organizações criminosas (Lei 12.694/2012).....	608	14. TABELAS-RESUMO: LEI DE TERRORISMO (LEI 13.260/2016).....	623

11

TERRORISMO (LEI 13.260/2016) 611

1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	611
2. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO.....	611
3. CONCEITO DE TERRORISMO NO BRASIL..	611
4. BEM JURÍDICO TUTELADO	612
5. (IM)PRESCRITIBILIDADE DO CRIME DE TERRORISMO	612

12

TORTURA (LEI 9.455/1997)..... 629

1. DIPLOMAS INTERNACIONAIS.....	629
2. PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	630
3. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL.....	630
4. BEM JURÍDICO TUTELADO	631

5. TEORIA DO CENÁRIO DA BOMBA-RELÓGIO (<i>TICKING TIME BOMB SCENARIO THEORY</i>).....	631	5. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E DA LEI 9.099/1995	654
6. PRESCRITIBILIDADE DO CRIME DE TORTURA.....	632	6. FIXAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA (CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS).....	655
7. CRIMES DE TORTURA.....	633	7. FIXAÇÃO DA SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA (CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES).....	655
7.1. Tortura própria (art. 1º, I)	633	8. SUSPENSÃO OU A PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR	658
7.1.1. Tortura-confissão (art. 1º, I, “a”).....	634	9. DERROGAÇÃO DA PENA DE SUSPENSÃO DE AUTORIZAÇÃO OU DE HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO DO CÓDIGO PENAL	661
7.1.2. Tortura-crime (art. 1º, I, “b”).....	634	10. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.....	661
7.1.3. Tortura-discriminação (art. 1º, I, “c”).....	634	11. MULTA REPARATÓRIA.....	662
7.2. Tortura-castigo (art. 1º, II).....	635	12. INADMISSIBILIDADE DE PRISÃO EM FLAGRANTE AO CONDUTOR QUE PRESTA SOCORRO À VÍTIMA	663
7.3. Tortura doméstica e familiar contra a mulher (art. 1º, III).....	637	13. CRIMES DE TRÂNSITO EM ESPÉCIE.....	663
7.4. Tortura equiparada (art. 1º, § 1º)	638	13.1. Homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302).....	663
7.5. Tortura-omissão ou tortura imprópria (art. 1º, § 2º)	638	13.2. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303).....	668
7.6. Qualificadoras (art. 1º, § 3º).....	639	13.3. Omissão de socorro em sinistro de trânsito (art. 304)	669
7.7. Causas de aumento de pena (art. 1º, § 4º).....	640	13.4. Fuga do local do sinistro de trânsito (art. 305).....	670
7.8. Efeitos da condenação (art. 1º, § 5º).....	641	13.5. Embriaguez ao volante (art. 306)	671
7.9. Vedação à fiança, graça ou anistia (art. 1º, § 6º).....	641	13.6. Violação de suspensão ou proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor (art. 307)	675
7.10. Regime inicial fechado (art. 1º, § 7º).....	641	13.7. Participação em competição automobilística ou exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor (art. 308)	676
7.11. Extraterritorialidade incondicionada (art. 2º)	642	13.8. Direção sem habilitação ou com o direito de dirigir cassado (art. 309)	678
7.12. Revogação do art. 233 do ECA.....	642	13.9. Entrega de veículo a pessoa não habilitada ou sem condições de dirigi-lo com segurança (art. 310).....	680
8. AÇÃO PENAL	643	13.10. Trafegar em velocidade incompatível com a segurança (art. 311)	680
9. COMPETÊNCIA	643		
10. QUADRO SINÓPTICO	644		
11. TABELAS-RESUMO: LEI DE TORTURA (LEI 9.455/1997).....	647		
13			
TRÂNSITO (LEI 9.503/1997).....	653		
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	653		
2. BEM JURÍDICO TUTELADO	654		
3. CRIMES DE PERIGO	654		
4. AÇÃO PENAL	654		

13.11. Fraude processual em sinistro automobilístico com vítima (art. 312).....	681
14. JURISPRUDÊNCIA EM TESES: CRIMES DE TRÂNSITO	682
15. TABELAS-RESUMO: CRIMES DE TRÂNSITO (LEI 9.503/1997)	683
 14	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, CRIANÇAS E ADOLESCENTES. LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006) E LEI HENRY BOREL (LEI 14.344/2022)	
1. ESTUDO CONJUNTO DAS LEIS	695
2. ANTECEDENTES	695
2.1. Lei Maria da Penha.....	695
2.2. Lei Henry Borel.....	695
3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	696
3.1. Lei Maria da Penha.....	696
3.2. Lei Henry Borel.....	698
4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	699
4.1. Contra a mulher (Lei Maria da Penha).....	699
4.1.1. Âmbito de aplicação	699
4.1.1.1. Ampliação das medidas protetivas de urgência (Tema 1.412 do STF).....	701
4.1.2. Sujeito ativo da violência doméstica ou familiar	703
4.1.3. Sujeito passivo.....	704
4.2. Contra a criança e o adolescente (Lei Henry Borel)	705
4.3. Violação dos direitos humanos	706
4.4. Formas de violência doméstica e familiar	706
4.5. Violência física.....	707
4.6. Violência psicológica	707
4.7. Violência sexual.....	708
4.8. Violência patrimonial.....	708
4.9. Violência moral.....	709
4.10. Violência vicária.....	709
4.11. Violência institucional.....	710
4.12. Estatísticas sobre violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	711
4.13. Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha)	711
4.13.1. Medidas integradas de prevenção.....	712
4.13.2. Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	713
4.13.3. Atendimento pela autoridade policial.....	716
4.13.4. Atendimento policial e pericial especializado	717
4.13.5. Providências a serem adotadas pela autoridade policial	717
4.13.6. Procedimentos a serem adotados pela autoridade policial.....	718
4.14. Assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar (Lei Henry Borel)	720
4.14.1. Medidas integradas de prevenção.....	720
4.14.2. Atendimento pela autoridade policial.....	720
4.14.3. Escuta especializada e depoimento pessoal	720
4.15. Providências a serem adotadas pela autoridade policial.....	721
4.16. Afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima determinado pelo delegado de polícia ou pelo policial.....	722
4.17. Monitoração eletrônica imposta pela autoridade judicial ou pelo delegado de polícia	723
4.18. Possibilidade de prisão em flagrante.....	724
4.19. Possibilidade de concessão de fiança pela autoridade policial	725
4.20. Aplicação subsidiária de outros diplomas.....	725
4.21. Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher	725

- 4.22. Foro de eleição para os processos cíveis na Lei Maria da Penha 728
- 4.23. Princípio do juízo imediato 728
- 4.24. Ação penal no crime de lesões corporais contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar 729
- 4.25. Ação penal no crime de ameaça contra a mulher por razões da condição feminino 730
- 4.26. Retratação da representação nos crimes praticados contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar 731
- 4.27. Prazo para exercício do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher 732
- 4.28. Vedação à aplicação de pena de cesta básica ou de prestação pecuniária, bem como substituição de pena que implique pagamento isolado de multa 733
- 4.29. Sigilo do nome da ofendida em processos judiciais 734
- 4.30. Inaplicabilidade do princípio da insignificância 734
- 4.31. Inaplicabilidade do juiz de garantias aos crimes praticados com violência doméstica e familiar 734
- 4.32. Aplicabilidade da agravante do art. 61, inc. II, “f”, do CP, em conjunto com as disposições da Lei Maria da Penha 735
- 4.33. Fixação de valor mínimo de indenização na sentença penal condenatória 736
- 4.34. Medidas protetivas de urgência 736
 - 4.34.1. Possibilidade de apreciação por juiz materialmente incompetente 737
 - 4.34.2. Providências a serem adotadas pelo juiz 737
 - 4.34.3. Legitimidade para requerer medida protetiva 738
 - 4.34.4. Possibilidade de concessão imediata das medidas protetivas 739
 - 4.34.5. Cumulatividade, substitutividade e revisibilidade das medidas protetivas 739
 - 4.34.6. Análise das medidas protetivas em juízo de cognição sumária 740
 - 4.34.7. Independência das medidas protetivas 741
 - 4.34.8. Duração das medidas protetivas 741
 - 4.34.9. Natureza jurídica 741
 - 4.34.10. Recursos cabíveis 742
 - 4.34.11. Prisão preventiva 742
 - 4.34.12. Intimação da ofendida ou do responsável legal para criança ou pelo adolescente sobre atos processuais relativos ao agressor 744
 - 4.34.13. Registro da medida protetiva 744
 - 4.34.14. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor 745
 - 4.34.14.1. Lei Maria da Penha 745
 - 4.34.14.2. Lei Henry Borel 748
 - 4.34.15. Medidas protetivas de urgência à vítima 749
 - 4.34.15.1. Lei Maria da Penha 749
 - 4.34.15.2. Lei Henry Borel 750
 - 4.34.16. Medidas protetivas de urgência previstas no Código de Processo Penal 751
- 4.35. Atuação do Ministério Público 753
- 4.36. Assistência judiciária 753
- 4.37. Equipe de atendimento multidisciplinar 753
- 4.38. Proteção ao noticiante ou denunciante de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente 754
- 4.39. Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência 755
- 4.40. Crime de omissão de comunicação da prática de violência contra a criança ou o adolescente 758
- 4.41. Lei 9.099/95 760

4.41.1. Violência doméstica e familiar contra a mulher.....	760		
4.41.2. Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.....	760		
4.42. Disposições finais	761		
4.42.1. Lei Maria da Penha.....	761		
4.42.2. Lei Henry Borel	763		
4.43. Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM).....	764		
4.44. Jurisprudência em teses: violência doméstica e familiar contra a mulher	765		
4.45. Jurisprudência em teses: medidas protetivas na Lei Maria da Penha.....	766		
4.46. Tabelas-resumo: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e Lei Henry Borel (Lei 14.344/2022).....	767		
15			
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI 8.078/1990 (QUADRO SINÓPTICO DOS CRIMES)	795		
16			
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8.069/1990 (QUADRO SINÓPTICO DOS CRIMES).....		803	
17			
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI 10.741/2003 (QUADRO SINÓPTICO DOS CRIMES).....		821	
18			
QUADRO COMPARATIVO: CONSEQUÊNCIAS PENAIS EM RAZÃO DA IDADE DA VÍTIMA		831	
19			
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI 13.146/2015 (QUADRO SINÓPTICO DOS CRIMES)		833	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		836	